

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

INFODEMIA E CAPITALISMO DIGITAL: CIRCULAÇÃO COMUNICACIONAL E AS BIG TECHS NO NEOLIBERALISMO

Luis Fabricio Cirillo de Carvalho, Bruna Andrade Irineu

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13347>

Submetido em: 2025-09-22

Postado em: 2025-09-26 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

INFODEMIA E CAPITALISMO DIGITAL: CIRCULAÇÃO COMUNICACIONAL E AS BIG TECHS NO NEOLIBERALISMO¹

INFODEMIA AND DIGITAL CAPITALISM: COMMUNICATIONAL CIRCULATION AND BIG TECHS IN NEOLIBERALISM

Luis Fabricio Cirillo de Carvalho²
<https://orcid.org/0009-0007-8654-4277>

Bruna Andrade Irineu³
<https://orcid.org/0000-0003-1158-5000>

RESUMO: O artigo examina a relação entre a infodemia e o capitalismo digital, no contexto do neoliberalismo, tomando de empréstimo o conceito de realismo capitalista, de Mark Fisher, que se sustenta no argumento de que o capitalismo se tornou a única estrutura de sociabilidade concebível, limitando alternativas ao sistema vigente. O artigo, fruto de revisão de literatura, problematiza a infodemia como um fenômeno que vai além do caos informacional, evidenciando-a como um mecanismo de controle e mercantilização da atenção, explorado por grandes corporações tecnológicas. O aporte teórico se sustenta nas contribuições de Fisher, Byung-Chul Han, Srnicek, Zuboff e Morozov, com vistas à análise da circulação de mercadorias, dados e informações com as dinâmicas do capitalismo neoliberal. Este ensaio envolve abordagem qualitativa fundamentando-se em revisão bibliográfica e situando-se no campo da Economia Política e da Teoria Social, a qual nos levou a uma análise crítica das estruturas econômicas e comunicacionais que sustentam esse novo contorno do capitalismo. A mudança na forma como o capital é acumulado e como as relações de poder e trabalho são mediadas pela tecnologia digital marcam esse modelo atual. O texto enfatiza como as plataformas digitais moldam a circulação da informação, reforçam o realismo capitalista e restringem o questionamento crítico, perpetuando o *status quo*. Os resultados apontam que a

¹ Trabalho apresentado à disciplina Teoria Social e Economia Política, ministrada pela docente Profa. Dra Ruteleia Silva.

² Doutorando em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Música pela Universidade de Campinas - Unicamp (2005). Bacharel em Regência Orquestral pelo Conservatório Brasileiro de Música do Estado do Rio de Janeiro (2000). *Email:* fabricio@ciasinfonica.com_

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. *Email:* bruna.irineu@ufmt.br

infodemia não é um fenômeno espontâneo, mas um elemento estrutural da economia digital, que aprofunda a alienação, cria entraves à organização coletiva e dificulta a participação crítica em sociedade. O texto propõe que o fortalecimento de uma lógica popular de soberania informacional, fundamentalmente articulada à regulação das *Big Techs*, por meio de um conjunto de medidas e políticas públicas que limitem e orientem o poder econômico, social e políticas das corporações tecnológicas. Portanto, essas medidas são essenciais para mitigar os impactos da infodemia e ampliar os direitos digitais da população.

ABSTRACT: This article examines the relationship between infodemia and digital capitalism in the context of neoliberalism, drawing on Mark Fisher's concept of capitalist realism, which argues that capitalism has become the only conceivable framework of sociability, limiting alternatives to the prevailing system. Based on a literature review, the article problematizes infodemia as a phenomenon that goes beyond informational chaos, revealing it as a mechanism of control and commodification of attention, exploited by large technology corporations. The theoretical framework builds on the contributions of Fisher, Byung-Chul Han, Srnicek, Zuboff, and Morozov, to analyze the circulation of commodities, data, and information within the dynamics of neoliberal capitalism. This qualitative essay, grounded in bibliographic review, situates itself in the field of Political Economy and Social Theory, leading to a critical analysis of the economic and communicational structures that sustain this new shape of capitalism. The shift in how capital is accumulated and how power and labor relations are mediated by digital technology characterizes the current model. The text emphasizes how digital platforms shape the circulation of information, reinforce capitalist realism, and restrict critical questioning, thereby perpetuating the status quo. The findings indicate that infodemia is not a spontaneous phenomenon, but a structural element of the digital economy, deepening alienation, creating obstacles to collective organization, and hindering critical participation in society. The text proposes strengthening a popular logic of informational sovereignty, fundamentally tied to the regulation of Big Techs through public policies and regulatory measures that limit and guide the economic, social, and political power of technological corporations. Such measures are essential to mitigate the impacts of infodemia and expand the population's digital rights.

Palavras-chave: Infodemia; Realismo Capitalista; Economia de Plataforma; Mercantilização da Informação; Neoliberalismo.

1. Introdução

A ampla disseminação de informações, intensificada pelas tecnologias digitais, promoveu um impacto profundo na era contemporânea. No mercado editorial, por exemplo, o acesso mais democrático a dados e publicações desestruturou o que pode ser descrito como o "antigo modelo"⁴ da produção e controle de informações, no qual apenas grandes grupos editoriais tinham condições de criar e divulgar conteúdos.

A internet tornou-se um espaço onde o conteúdo informativo circula de forma rápida, sendo tratado como legítimo e verdadeiro por muitos daqueles que o consomem. Ao envolver qualquer tipo de conteúdo informacional, as pessoas não estão apenas interpretando de acordo com suas próprias percepções e crenças, mas também fazendo uma aposta, consciente ou inconsciente, sobre a legitimidade e veracidade desse conteúdo.

A infodemia⁵ (Eysenbach, 2020) — o excesso de informações, muitas vezes falsas ou contraditórias, que circulam nas redes e mídias digitais — cria uma sobrecarga que dificulta a compreensão do que realmente está acontecendo no mundo e quais são as causas profundas dos problemas sociais e econômicos.

Essa disrupção com o "antigo modelo" informacional favorece aos usuários da internet uma suposta sensação de liberdade. No entanto, em vez de emancipar, essa pseudoliberalidade atende aos interesses do modo de produção capitalista (MPC), onde a dominação, a exploração e a opressão ocorrem de forma voluntária, como se fosse uma escolha pessoal. Essa ideia de liberdade está em linha com a concepção neoliberal. A internet desregulada tem raízes no neoliberalismo, já que esse modelo promove mercados livres como motores de progresso tecnológico. Entretanto, a ausência de regulamentação pode levar a distorções, como monopólios, manipulação de informações e transparência de privacidade, levantando, assim, questões importantes sobre os limites dessa liberdade no ambiente digital. Essa liberdade, amplamente divulgada sob o manto da neutralidade tecnológica, revela-se, portanto, uma armadilha cuidadosamente montada pelo neoliberalismo digital. Por trás do discurso de

⁴ Neste artigo utiliza-se o termo "antigo modelo" para caracterizar o que Débora Hissa e Nukácia Araujo (2021, p.1012) denominaram de: "paradigma acadêmico-editorial-feudal de detenção e produção de informações" em que apenas grandes grupos editoriais tinham a chancela de produzir e publicar.

⁵ Denominação dada ao volume excessivo de informações, muitas delas imprecisas ou falsas (desinformação), sobre determinado assunto, que se multiplicam e se propagam de forma rápida e incontrolável, o que dificulta o acesso a orientações e fontes confiáveis, causando confusão, desorientação e inúmeros prejuízos à vida das pessoas (Infodemia, 2021).

autonomia, esconde-se uma nova forma de sujeição, na qual os sujeitos se veem compelidos a participar ativamente de sua própria exploração. Entendemos que é justamente nesse ponto que a Teoria Social Crítica se mostra indispensável: ao revelar que o discurso de liberdade individual nas plataformas encobre uma racionalidade de dominação algorítmica profundamente enraizada nas estruturas do capital.

A lógica do livre mercado digital permitiu que conteúdos desinformativos se proliferassem, pois os algoritmos favorecem o que gera engajamento, independentemente da veracidade da informação (Galloway, 2019). Isso coloca em prática a ideia neoliberal de que a liberdade de mercado leva necessariamente às melhores escolhas para os consumidores. Ao analisar o proletariado na era digital, Ricardo Antunes (2018) utiliza o termo “privilégio da servidão”, com objetivo de explicitar como os mecanismos de dominação se perpetuam não somente por imposição externa, mas também pela aceitação interna dos sujeitos, que passam a encontrar, mesmo que de maneira ambígua, vantagens na própria submissão ao capitalismo e às lógicas do sistema neoliberal.

Em consonância, o conceito de “realismo capitalista”, desenvolvido pelo filósofo britânico Mark Fisher (2020), refere-se à percepção difundida de que o capitalismo é o único sistema político e econômico viável, tornando difícil imaginar alternativas a ele. Essa visão permeia diversas esferas da vida contemporânea, incluindo a cultura, a educação e a saúde mental. Sendo assim, este artigo pretende estabelecer uma reflexão entre a infodemia e o conceito do realismo capitalista, uma vez que este fenômeno se manifesta como uma expressão do capitalismo neoliberal⁶ a medida em que reflete e reforça características centrais desse sistema, tais como a mercantilização da informação; a exploração da atenção como recurso econômico e a criação de incertezas capazes de gerar conflitos que afetam a vida da sociedade.

Segundo Marques e Gonsalves (2023), em Mark Fisher nos ajudou a pensar para além do realismo capitalista, devemos pensar possibilidades de construir uma contra-força socialmente efetiva, capaz de produzir instituições que revitalizem questões que a governança neoliberal inviabiliza ao empurrar para o terreno do privado, encontrando, desta maneira,

⁶ A ascensão do neoliberalismo como a nova face do capitalismo fez surgir o que o Fisher chama de “ontologia empresarial” – lembrando estudos de Foucault e posteriormente de Dardot e Laval sobre o neoliberalismo –, a qual reposiciona todas as esferas da vida, especialmente da saúde e da educação, dentro das coordenadas da gestão de empresas, isto é, todas as esferas sociais devem ser encaradas como empresas e, por consequência, devem minimizar despesas e maximizar lucros (Rech, 2021).

caminhos viáveis e contrários à sensação de inevitabilidade e sobrecarga que dificulta o questionamento crítico e a possibilidade de mudança.

As implicações neurocognitivas e psicossociais da infodemia (Eysenbach, 2020) podem ser vistas como mecanismos que reforçam o realismo capitalista. A infodemia dificulta a formação de uma consciência crítica e a imaginação de alternativas ao sistema vigente, perpetuando a sensação de que não há outra opção além do capitalismo.

A infodemia, portanto, não apenas exemplifica os efeitos do realismo capitalista na sociedade contemporânea, mas também atua como um instrumento que reforça essa percepção, ao limitar a capacidade dos sujeitos de conceber e buscar alternativas ao sistema atual. O fenômeno informacional dificulta o questionamento do sistema e promove a perpetuação da ordem social vigente, valendo-se da desinformação e do controle narrativo, que desviam a atenção de questões estruturais e limitam a capacidade crítica dos sujeitos.

A noção do realismo capitalista oferece uma perspectiva crítica sobre o capitalismo neoliberal, destacando como este sistema econômico e ideológico molda a sociedade contemporânea, limitando a imaginação política e cultural, impondo uma hegemonia ideológica. Neste diapasão, em diálogo por e-mail com Mark Fisher, Jeremy Gilbert (2013), editor da *New Formations*, pontua que considera o conceito de realismo capitalista como uma forma de entender a ideologia e a hegemonia neoliberais, as "sociedades de controle"⁷ (Deleuze, 2000) e os tipos de estratégia política e cultural que podem ser necessários para desafiar sua posição hegemônica. No modelo de exploração clássico, o trabalho era claramente identificado como algo alienante e desumanizador. O neoliberalismo transforma o trabalho e o consumo em atividades que parecem promover a liberdade e o desenvolvimento pessoal. Ou seja, a exploração acontece de forma mais sutil.

Byung-Chul Han (2018), em sua obra *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*, discute como o regime neoliberal explora a liberdade individual para sua

⁷ Influência determinante para Mark Fisher, o filósofo francês Gilles Deleuze é amplamente reconhecido por popularizar o conceito de "sociedades de controle". Argumenta que as sociedades disciplinares, caracterizadas por instituições como escolas, fábricas e prisões que moldavam os sujeitos através da disciplina e da vigilância, estavam a ser gradualmente substituídas por sociedades de controle. As sociedades de controle, por sua vez, operam por meio de mecanismos mais sutis e onipresentes, como a tecnologia, a informação e a comunicação. Em vez de confinar e disciplinar, as sociedades de controle modulam e monitorizam constantemente os sujeitos, influenciando os seus comportamentos e decisões de forma contínua e, muitas vezes, imperceptível. Para Deleuze, a passagem das sociedades disciplinares para as sociedades de controle representa uma mudança fundamental na forma como o poder é exercido na sociedade moderna (Deleuze, 2000 e Costa, 2004).

própria multiplicação, argumentado que a exploração não ocorre mais como alienação ou autodesrealização, mas como liberdade e autorrealização.

Nesse sentido, podemos trazer ao argumento de Hissa e Araújo (2021, p. 1033):

Assim, se hoje, no capitalismo neoliberal, estamos livres das máquinas que nos escravizavam; se hoje não somos mais a massa proletária uniforme e disciplinar que era explorada pelos detentores dos meios de produção, é porque fomos inseridos em um novo modo de exploração, o panóptico digital, do qual participam humanos e robôs inteligentes que podem agir como humanos. Através desse novo modo de exploração, o consumo e a produção de e-informações implicam uma nova coação, que nos explora de forma muito mais eficiente.

A infodemia deve ser analisada a partir da perspectiva da circulação de mercadorias e de dados no capitalismo neoliberal. No contexto digital, a informação não é apenas um bem imaterial, mas também um ativo valioso para corporações que lucram com a coleta e análise de dados. As interações das pessoas nas plataformas digitais geram insumos para o aperfeiçoamento de algoritmos e modelos de negócio, intensificando um processo de exploração invisível e muitas vezes involuntário.

O algoritmo pode ser definido como um conjunto de instruções que automatizam decisões e reconfiguram as relações de trabalho no capitalismo digital. Não são apenas ferramentas técnicas, mas instrumentos políticos e econômicos que moldam a sociedade contemporânea. No contexto das plataformas digitais, Srnicek (2017) demonstra que os algoritmos estruturam modelos de negócios baseados na vigilância contínua dos usuários, tornando-os recursos estratégicos para a acumulação capitalista contemporânea. Sob uma perspectiva crítica, Zuboff (2020) evidencia como o capitalismo de vigilância utiliza algoritmos para prever e manipular comportamentos, ampliando o controle corporativo sobre a vida social. Dessa forma, e em acordo com os autores, os algoritmos não são apenas ferramentas técnicas, mas dispositivos de poder que reforçam e reconfiguram as dinâmicas do capitalismo digital, consolidando novas formas de exploração e dominação.

Enquanto instrumentos de automação e controle no capitalismo digital, os algoritmos desempenham um papel central na intensificação da exploração do trabalho e na remoção de valor por meio da mercantilização dos dados. Marx (2013) já apontava que a maquinaria e a automação não são neutras, mas operam como mecanismos de subsunção real do trabalho ao capital.

O consumo de informação, assim como o consumo de bens materiais, é impulsionado por uma lógica de obsolescência programada. Como destaca Zuboff (2020), a lógica da

obsolescência programada da informação se entrelaça com o capitalismo de vigilância descrito em sua obra, em que plataformas digitais moldam os comportamentos dos usuários para maximizar o engajamento e a extração de dados. O conteúdo digital é rapidamente substituído por novos fluxos de informação, mantendo os usuários constantemente engajados e dependentes da próxima atualização. Essa dinâmica reforça a ilusão de liberdade de escolha, enquanto, na realidade, as opções são mediadas por mecanismos que favorecem determinados discursos e interesses econômicos. Harvey (2020) faz esta análise demonstrando como o capitalismo contemporâneo acelera os ciclos de produção e consumo, inclusive no campo da informação, favorecendo, desse modo, a fragmentação do conhecimento e a hegemonia de interesses econômicos.

A fim de estabelecer o arcabouço teórico essencial à compreensão do objeto central deste ensaio, mister se faz revisitar alguns conceitos basilares. Inicialmente, abordaremos a circulação de mercadorias, que servirá de alicerce para a discussão sobre a circulação de dados e o poder das *Big Techs*. Em seguida, exploraremos a interconexão entre eles e a circulação comunicacional de capital, como elementos cruciais para análise da infodemia com enfoque no conceito do realismo capitalista, que é o objeto deste estudo. Munidos destes subsídios teóricos, estaremos aptos a mergulhar na problemática central deste trabalho, considerando a infodemia uma expressão do capitalismo neoliberal, objetivando possibilidades viáveis e contrárias àquelas que perpetuam a sensação de inevitabilidade do sistema e que dificultam o questionamento crítico e a possibilidade de mudança.

Ao tratar a infodemia como um fenômeno estruturante do capitalismo contemporâneo, consideramos indispensável refletir criticamente sobre o conceito de realismo capitalista, cunhado por Mark Fisher (2020). Não se trata, portanto, de uma metáfora ou de um modismo conceitual, mas de uma categoria potente para compreender como o capitalismo se impôs, não apenas como modo de produção, mas como único imaginário possível de mundo. O que Fisher descreve é precisamente aquilo que percebemos em nosso tempo: uma naturalização do capital que se infiltra nos afetos, nas linguagens, nas instituições e até nas formas de sofrimento subjetivo — como se não houvesse outra vida possível fora da lógica neoliberal.

Essa hegemonia não é mantida apenas por coerção, mas sobretudo pela adesão difusa, por uma aceitação íntima que transforma a exploração em normalidade. Consideramos que essa crítica de Fisher encontra ecos nos trabalhos de autores contemporâneos como Byung-Chul Han, Shoshana Zuboff, Nancy Fraser e Evgeny Morozov, que, a seu modo, também desvelam

os mecanismos de captura da vida pela lógica do capital — seja por meio da autoexploração, da vigilância digital ou da erosão do espaço público.

Partilhamos da leitura de que o capitalismo não apenas organiza a produção e o trabalho, mas reprograma o imaginário, desativa alternativas e desmobiliza a crítica. A circulação da informação, hoje, opera como uma forma de circulação de mercadorias — inclusive simbólicas — sob comando algorítmico, configurando o que chamamos de gramática invisível da dominação. Nesse sentido, vemos o realismo capitalista como uma chave teórica indispensável para compreender o nosso tempo: um tempo em que a captura do trabalho se estende à captura do desejo, da linguagem, da atenção e da esperança.

Não adotamos esse conceito como uma simples descrição sociológica, mas como um instrumento epistemológico comprometido com a crítica e com a transformação social, tal como propõe a Teoria Social Crítica. É nesse espírito que fazemos a conexão à crítica marxista da circulação de mercadorias, pois vemos que o capitalismo digital não apenas se mantém, mas se reinventa justamente por meio da colonização dos fluxos simbólicos — transformando dados, discursos e comportamentos em mercadorias continuamente exploráveis.

Essa análise dialoga profundamente com a leitura de Ricardo Antunes (2018), autor com o qual compartilhamos a convicção de que o capitalismo digital se sustenta não só pela precarização objetiva do trabalho, mas por sua naturalização subjetiva. Quando Antunes fala em privilégio da servidão, ele denuncia o mesmo fenômeno que Fisher nomeia como realismo capitalista: a transformação da dominação em escolha, da exploração em oportunidade, da servidão em autonomia aparente. Essa ambiguidade, que torna a sujeição desejável, é a engrenagem silenciosa que mantém o capital em pleno funcionamento.

Dessa forma, enfrentar a infodemia, as plataformas e a lógica neoliberal da comunicação não é apenas uma tarefa técnica ou regulatória. É uma tarefa política, teórica e existencial, que exige desnaturalizar o presente e reabrir o horizonte do possível.

Para isso, é essencial retomar a crítica da economia política — especialmente a teoria marxista da circulação de mercadorias — a fim de entender como os mecanismos da exploração e do fetichismo se atualizam no interior das dinâmicas do neoliberalismo digital.

2. A circulação de mercadorias na teoria clássica e em Marx: uma análise comparativa.

A análise da circulação de mercadorias é um ponto de partida necessário para compreender os fundamentos da acumulação capitalista, tanto em sua formulação clássica quanto em sua crítica marxista. No contexto contemporâneo, marcado pela intensificação da digitalização, a circulação deixa de ser apenas de bens materiais e passa a envolver dados, atenção e informação — o que nos obriga a revisitar os conceitos fundacionais da economia política para pensar os novos contornos da dominação.

Enquanto a teoria econômica clássica, representada por Adam Smith e David Ricardo, enxergava a circulação de mercadorias como um processo neutro, regido pelas leis naturais da oferta e da demanda, Karl Marx subverte essa compreensão ao revelar que a mercadoria, em sua forma-fetichismo, oculta relações sociais de exploração e expropriação. Essa crítica se torna ainda mais relevante diante do capitalismo digital, em que a forma-valor se desloca para o imaterial — e o fetichismo adquire nova força ao operar por meio de algoritmos, interfaces e interações digitais.

Marx, por outro lado, desenvolveu uma crítica radical à visão clássica. Para ele, a circulação de mercadorias não era um processo neutro, mas sim um reflexo das relações de produção capitalistas, baseadas na exploração do trabalho (Marx, 2013).

A mercadoria, nesse contexto, era vista como um "fetichismo", um objeto que ocultava as relações sociais de produção por trás de sua forma física. Marx distinguiu o valor de uso (utilidade da mercadoria) de seu valor de troca (capacidade de ser trocada por outras mercadorias). A exploração do trabalho no sistema capitalista, segundo Marx, gerava mais-valor⁸. A circulação de mercadorias, portanto, era parte do processo de acumulação de capital, no qual o dinheiro era investido para gerar mais dinheiro.

Comparando as duas abordagens, podemos observar que a teoria clássica enfatiza o papel do mercado e a eficiência da alocação de recursos, enquanto Marx destaca a importância das relações de produção e da exploração do trabalho. A teoria clássica tende a ignorar as

⁸ O mais-valor é um conceito central na teoria marxista, que explica a exploração do trabalho no sistema capitalista. O conceito foi originalmente introduzido por Karl Marx em sua obra "O Capital", onde ele investiga as relações de produção no capitalismo. Marx argumenta que o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la. No sistema capitalista, o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um salário. No entanto, o valor que o trabalhador produz com seu trabalho é maior do que o valor do seu salário. Essa diferença é o mais-valor, que é apropriado pelo capitalista como lucro. Revela a natureza exploradora do sistema, onde o capitalista se apropria do trabalho não pago do trabalhador. Marx argumenta que o mais-valor é a base da acumulação de capital e da desigualdade social no capitalismo. A teoria do mais-valor continua relevante para entender as relações de trabalho no mundo contemporâneo. Embora o capitalismo tenha se transformado ao longo do tempo, a exploração do trabalho e a busca por lucro continuam sendo características centrais do sistema. O mais-valor nos ajuda a analisar as novas formas de exploração, como o trabalho precário e a uberização, e a compreender as lutas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e salários.

desigualdades sociais, enquanto Marx as coloca no centro de sua análise. A crítica ao capitalismo está ausente na teoria clássica, mas é central na obra de Marx.

Portanto, a análise da circulação de mercadorias na teoria clássica e em Marx revela a importância de considerar tanto os aspectos econômicos quanto os sociais nesse processo. Enquanto a teoria clássica oferece uma visão mais otimista do mercado, Marx destaca as contradições e desigualdades inerentes ao sistema capitalista. Ambas as abordagens, no entanto, são relevantes para a compreensão da complexa dinâmica do capitalismo.

Na crítica de Karl Marx à economia política, os conceitos de trabalho vivo e trabalho morto são centrais para entender a dinâmica do capitalismo e a circulação de mercadorias. A relação entre os dois conceitos é fundamental para a produção de mais-valor, a base da acumulação de capital no sistema capitalista. (Marx, 2013). A dinâmica entre trabalho vivo e trabalho morto na circulação de mercadorias revela a exploração do trabalho no sistema capitalista. O trabalhador, ao vender sua força de trabalho, é explorado pelo capitalista, que se apropria do mais-valor gerado pelo trabalho vivo. Para Marx (2013), essa contradição entre trabalho vivo e trabalho morto é inerente ao capitalismo e leva à luta de classes.

No contexto do capitalismo de dados, a relação entre trabalho vivo e trabalho morto assume uma nova configuração, mas mantém sua lógica estrutural conforme analisada por Marx. O trabalho vivo, que corresponde à atividade produtiva dos trabalhadores em tempo real, é constantemente capturado e transformado em trabalho morto, cristalizado na infraestrutura digital, nos algoritmos e nos bancos de dados que alimentam as plataformas digitais. Como argumenta Antunes (2013), o capitalismo contemporâneo intensifica a exploração do trabalho ao expandir suas formas, incorporando não apenas o trabalho assalariado direto, mas também o trabalho gratuito realizado em plataformas digitais. Esse novo regime de exploração se baseia na extração massiva de dados dos usuários, convertendo suas interações e comportamentos em capital informacional, que se acumula na forma de algoritmos e sistemas de inteligência artificial. Dardot e Laval (2016) destacam que a racionalidade neoliberal desloca as formas tradicionais de exploração para novos domínios, promovendo uma internalização da lógica capitalista nos sujeitos, que passam a se engajar voluntariamente nesse sistema de extração de valor.

A conversão do trabalho vivo em trabalho morto no capitalismo de dados amplia a lógica do mais-valor, tornando-a difusa e descentralizada (Zuboff, 2020). Diferente do capitalismo industrial, onde o mais-valor era extraído diretamente do tempo de trabalho do operário na fábrica, no capitalismo digital essa extração ocorre de forma invisível, disfarçada

pela ideologia da interatividade e do engajamento on-line. Como argumenta Byung-Chul Han (2018), vivemos em uma era de psicopolítica, na qual o controle e a exploração do trabalho se dão através da manipulação subjetiva e da autoexploração dos sujeitos. Fisher (2020), argumenta que o neoliberalismo eliminou a possibilidade de imaginar alternativas ao atual sistema, naturalizando a exploração digital. Paralelamente, Harvey (2018) aponta que o capitalismo não apenas se reinventa, mas também expande suas formas de acumulação para novas esferas, incluindo agora o controle dos fluxos de informação e da comunicação (Grohmann, 2020). Assim, a circulação de mercadorias no capitalismo de dados se entrelaça com a circulação de informações, consolidando um novo regime de acumulação que reforça o domínio do capital sobre a vida social.

3. A circulação de mercadorias, dados e o poder das *Big Techs*: uma análise interconectada

A análise da circulação de mercadorias, um conceito central na economia política, oferece uma base sólida para a compreensão da dinâmica do capitalismo. As teorias clássica e marxista, em particular, lançam luz sobre os mecanismos que regem a produção, distribuição e consumo de bens e serviços. No entanto, o cenário econômico e tecnológico contemporâneo apresenta novos desafios e nuances que exigem uma reflexão sobre a circulação de dados e o papel das *Big Techs*. Este tópico tem como objetivo explorar a interconexão entre a circulação de mercadorias, a circulação de dados e o poder das *Big Techs*, buscando identificar as continuidades e rupturas em relação às teorias clássica e marxista.

Ao longo deste estudo, assumimos a posição de que essas rupturas tecnológicas não implicam uma superação das formas clássicas de dominação, mas sim sua reconfiguração dentro de uma nova lógica, qual seja: a da exploração invisível e da captura algorítmica da vida cotidiana. A crítica marxista da circulação de mercadorias, aqui retomada, precisa ser atualizada frente ao deslocamento da forma-valor para o digital — e é nesse sentido que consideramos essencial compreender as *Big Techs* como agentes estruturais de um novo modo de reprodução do capital, não como simples empresas privadas bem-sucedidas.

Morozov (2018) não fornece uma definição rígida e fechada de *Big Tech*, mas a entende dentro de um contexto mais amplo de crítica ao papel das grandes empresas de tecnologia na sociedade contemporânea. Segundo o autor, *Big Tech* refere-se ao conjunto das gigantes do setor tecnológico — como *Google*, *Facebook* (agora *Meta*), *Amazon*, *Microsoft* e *Apple* — que exercem um poder desproporcional sobre a economia, a política e a cultura, influenciando

profundamente a forma como a informação circula, as decisões são tomadas e as estruturas de governança são moldadas. O autor enfatiza, ainda, que as *Big Techs* não podem ser definidas simplesmente como grupo de empresas específicas. Estas empresas juntas representam um modelo de negócios e um projeto político baseado no que chama de "solucionismo tecnológico"⁹. Nesse sentido, Morozov argumenta que as *Big Techs* não apenas lucram com a digitalização e a monetização da informação, mas também reconfiguram as esferas públicas e políticas, frequentemente enfraquecendo a democracia e as formas tradicionais de participação cidadã. Desse modo, o poder dessas empresas não se limita ao mercado, mas se estende às infraestruturas digitais e às políticas públicas, que são moldadas em benefício próprio.

Assim, Morozov (2018) define as *Big Techs* não apenas como empresas de tecnologia, mas como agentes centrais na reconfiguração do capitalismo global, operando na interseção entre geopolítica, finanças e a transformação do bem-estar social. Nesse contexto, a *Gig Economy* surge para o autor como uma preocupação diretamente vinculada ao poder dessas corporações, que exploram a crise financeira global e o enfraquecimento das proteções trabalhistas para expandir seus modelos de negócios baseados na intermediação digital. Plataformas como *Uber* e *Airbnb* não representam uma alternativa ao capitalismo tradicional, mas sim sua intensificação, transformando relações sociais e serviços essenciais em mercadorias acessíveis apenas sob a lógica do mercado. Com isso, à medida que as *Big Techs* ampliam seu domínio sobre setores estratégicos da economia e da vida cotidiana, cidadãos e trabalhadores tornam-se progressivamente dependentes de seus serviços, enquanto o Estado se retrai e as políticas públicas são enfraquecidas. A promessa de autonomia e flexibilidade no trabalho digitalizado oculta um processo sistemático de precarização, no qual trabalhadores são pressionados a competir constantemente em um ambiente desregulado e instável. Na concepção do autor as *Big Techs* não apenas viabilizam a *Gig Economy*, mas a instrumentalizam como uma estratégia para consolidar seu controle sobre mercados e dados, reduzindo a capacidade de ação dos Estados e limitando alternativas que poderiam garantir maior equilíbrio social e econômico.

No contexto da economia digital, os dados se tornaram um ativo valioso, uma nova forma de "mercadoria" que alimenta o crescimento das *Big Techs*. Essas empresas coletam, armazenam e analisam vastas quantidades de dados de usuários, transformando-os em

⁹ Evgeny Morozov cunhou o termo "solucionismo tecnológico" para descrever a crença de que a tecnologia pode resolver todos os problemas da sociedade, independentemente de sua natureza. Essa visão, segundo o autor, ignora as complexidades sociais, políticas e econômicas, além de promover soluções superficiais e muitas vezes inadequadas

informações que podem ser utilizadas para diversos fins. O armazenamento de dados é realizado de diversas formas, desde o rastreamento da atividade on-line dos usuários até a utilização de inteligência artificial para analisar padrões de comportamento. Os dados são então transformados em informações que podem ser utilizadas para publicidade direcionada, desenvolvimento de produtos e serviços personalizados, e até mesmo influência política.

Como destaca Zuboff (2020), as *Big Techs* operam em um sistema de capitalismo de vigilância¹⁰, no qual a coleta e análise de dados são centrais para a geração de lucro. Os dados dos usuários são transformados em "produtos de previsão" que são vendidos para anunciantes e outras empresas, permitindo-lhes influenciar o comportamento dos consumidores e antecipar suas necessidades.

A circulação de dados ocorre em um contexto de plataformização do capitalismo (Srniczek, 2017), no qual as *Big Techs* atuam como intermediárias entre usuários, empresas e anunciantes. Essas plataformas digitais facilitam a interação e o comércio, mas também exercem um controle significativo sobre os dados que circulam em seus ecossistemas. As plataformas digitais se caracterizam pela capacidade de conectar diferentes atores e atividades, gerando um efeito de rede que aumenta seu valor à medida que mais usuários aderem. Esse modelo de negócio permite que as *Big Techs* acumulem vastas quantidades de dados, que se tornam um insumo essencial para o seu crescimento e expansão (Zuboff, 2020).

Dessa forma, deve-se esclarecer que o capitalismo de plataforma tem uma relação intrínseca com o neoliberalismo digital, compartilham características e se influenciam mutuamente. O neoliberalismo, como ideologia econômica e política, enfatiza a desregulamentação, a privatização, o livre mercado e a redução do papel do Estado na economia. No contexto digital, o neoliberalismo se manifesta na crença de que a internet e as plataformas digitais devem operar com mínima intervenção governamental, permitindo o fluxo livre de dados, informações e capital. O neoliberalismo digital promove a ideia de que a tecnologia é uma força neutra que impulsiona o crescimento econômico e a inovação, beneficiando a todos, enfatizando a importância da liberdade individual e da escolha do consumidor, com as plataformas digitais oferecendo uma variedade de produtos e serviços personalizados (Kosteczka, 2024).

¹⁰ O termo "capitalismo de vigilância" foi popularizado pela acadêmica Shoshana Zuboff em seu livro "The Age of Surveillance Capitalism" (A Era do Capitalismo de Vigilância). Descreve um novo modelo econômico que se baseia na coleta massiva de dados sobre pessoas e seus comportamentos, transformando-os em produtos que são vendidos para anunciantes e outras empresas. Em essência, o capitalismo de vigilância transforma a experiência humana em dados, que são utilizados para prever e influenciar o comportamento das pessoas.

Neste estudo o neoliberalismo digital pode ser compreendido a partir das contribuições de Nick Srnicek e Shoshana Zuboff, que analisam diferentes dimensões da expansão das lógicas neoliberais no ambiente digital. Para Srnicek (2017), o capitalismo de plataforma representa uma reestruturação da economia dentro da racionalidade neoliberal, caracterizada pela concentração de poder em grandes monopólios tecnológicos, pela financeirização e pela precarização do trabalho, enquanto a extração de dados se torna um insumo central para a acumulação de valor. Já Zuboff (2020) aprofunda a dimensão política e subjetiva desse processo, argumentando que o capitalismo de vigilância transforma a experiência humana em mercadoria, manipulando comportamentos e consolidando um modelo de governança algorítmica não sujeito a controle democrático. Assim, o neoliberalismo digital emerge como um fenômeno complexo, em que as plataformas não apenas operam sob princípios econômicos neoliberais, mas também reconfiguram relações sociais, formas de trabalho e dinâmicas de poder, reforçando um modelo de exploração baseado na desregulamentação, na privatização do espaço digital e no controle comportamental por meio da coleta massiva de dados.

Tanto o neoliberalismo digital quanto o capitalismo de plataforma levam à concentração de poder nas mãos destas grandes empresas de tecnologia, que acumulam vastas quantidades de dados e informações, influenciando mercados, legislações e até mesmo o debate público. Dentre muitos impactos negativos advindos desse modelo, destacamos o excesso desenfreado de informações, que desestabiliza e confunde, disseminando, ao fim e ao cabo, desinformação.

Srnicek (2017) argumenta que as plataformas digitais são uma nova forma de organização econômica, que se distingue do capitalismo industrial tradicional. As plataformas digitais não se limitam a produzir bens e serviços, mas também criam e controlam a infraestrutura digital na qual outras empresas operam. Esse poder de controle permite que as *Big Techs* extraiam valor de diversas atividades econômicas, consolidando seu domínio no mercado digital.

Assim como Marx analisou o mais-valor na produção de mercadorias, podemos identificar uma forma de "mais-valor dos dados" no contexto digital (Grohmann, 2020). As *Big Techs* extraem valor dos dados dos usuários, que são gerados por suas atividades on-line, e os utilizam para gerar lucro, sem que os usuários recebam uma compensação justa por essa "matéria-prima". O mais-valor dos dados se manifesta na capacidade das *Big Techs* de transformar dados em informações preditivas, que podem ser utilizadas para influenciar o comportamento dos consumidores, direcionar a publicidade e personalizar a oferta de produtos e serviços.

Varoufakis (2021) destaca que as *Big Techs* acumularam um poder econômico e político sem precedentes, impulsionado pela sua capacidade de coletar e controlar vastas quantidades de dados. Esse poder lhes permite influenciar mercados, moldar o comportamento dos consumidores e até mesmo interferir em processos democráticos. O poder das dessas empresas se manifesta na sua capacidade de ditar as regras do mercado digital, controlar a infraestrutura da internet e influenciar a produção e disseminação de informações.

A circulação de dados e o poder das *Big Techs* levantam uma série de desafios e implicações para a sociedade. A coleta massiva de dados coloca em risco a privacidade dos usuários, que têm pouco controle sobre como suas informações são utilizadas. A concentração de poder nas mãos deste grupo seletivo aprofunda a desigualdade econômica e social. Acumulam lucros bilionários, enquanto os usuários não recebem nenhuma compensação pelos dados que geram.

Com foco no objeto deste estudo, as *Big Techs*, por meio de suas plataformas e algoritmos, influenciam a forma como as informações são produzidas, distribuídas e consumidas. Seus modelos de negócios, baseados na coleta de dados e na maximização do engajamento dos usuários, contribui para a ampliação da infodemia de diversas formas. Os algoritmos utilizados priorizam conteúdos que geram maior engajamento, como curtidas, comentários e compartilhamentos. Muitas vezes, informações falsas ou sensacionalistas, que despertam emoções fortes, tendem a ser mais promovidas do que informações precisas e verificadas.

As plataformas de mídia social utilizam filtros de conteúdo personalizados, que mostram aos usuários apenas as informações que supostamente lhes interessam, com base em seus históricos de navegação e preferências. Essa prática leva à criação de "bolhas informacionais", onde os usuários são expostos apenas a informações que confirmam suas crenças preexistentes, isolando-os de diferentes perspectivas e dificultando o pensamento crítico. Os critérios utilizados pelos algoritmos para classificar e recomendar conteúdos não são claros, o que dificulta a compreensão de como a informação é filtrada e distribuída. Essa falta de transparência gera desconfiança e dificulta a identificação de fontes confiáveis. A desinformação é lucrativa para estas gigantes, uma vez que conteúdos falsos ou sensacionalistas frequentemente geram mais engajamento e, conseqüentemente, mais receita publicitária. Essa lógica fomenta a disseminação de informações falsas, mesmo que as empresas não o façam intencionalmente (Zuboff, 2020).

Mazzucato (2013) defende o papel do Estado na promoção da inovação e no controle do poder das grandes empresas de tecnologia. A autora argumenta que o Estado deve investir em pesquisa e desenvolvimento, criar políticas públicas que incentivem a concorrência e a inovação, e regular o mercado digital para garantir a proteção dos direitos dos usuários e a promoção do bem-estar social, indo de encontro com os preceitos do neoliberalismo digital.

Isto posto, pode-se dizer que a análise da circulação de mercadorias nas teorias clássica e marxista nos oferece ferramentas importantes para compreendermos a dinâmica do capitalismo contemporâneo e do neoliberalismo digital, incluindo a circulação de dados e o poder das *Big Techs*.

O capitalismo contemporâneo, marcado por avanços tecnológicos, tem encontrado no neoliberalismo digital um terreno fértil para expansão e consolidação. Essa simbiose molda a economia, a sociedade e as relações de poder de maneiras complexas e multifacetadas. Ao relacionar esses temas, podemos identificar as novas formas de exploração, controle e desigualdade que surgem no contexto digital, bem como a necessidade de ação para construir uma sociedade mais justa e equitativa.

4. Circulação comunicacional

Este tópico explora a intrínseca relação entre a circulação do capital, as infraestruturas digitais e os mecanismos comunicacionais das plataformas no contexto do capitalismo contemporâneo. A plataformização, impulsionada por inovações tecnológicas e mudanças nas relações de trabalho, redefine a dinâmica do capital, conferindo à comunicação um papel central na disseminação da racionalidade neoliberal e na mediação das relações produtivas e sociais.

O capital, para evitar crises de superacumulação, necessita de movimento constante, e as plataformas digitais têm desempenhado um papel crucial na aceleração desse processo (Harvey, 2018). Estas plataformas, como espaços de valorização do capital, não se limitam à captura de dados, mas também reconfiguram as dinâmicas de produção e circulação (Srnicsek, 2017). A comunicação, nesse contexto, não é apenas um meio para a circulação do capital, mas sim parte integrante do próprio processo.

Nas plataformas digitais, a comunicação atua como insumo para a produção e mecanismo de controle. A linguagem empreendedora, por exemplo, transforma trabalhadores precarizados em "colaboradores" ou "empreendedores de si mesmos", como observado por

Dardot e Laval (2016), evidenciando como a comunicação molda a percepção do trabalho e da exploração, ao mesmo tempo em que engendra mecanismos de sujeição subjetiva.

A circulação do capital, na era da plataformização, transcende a dimensão econômica, abrangendo as esferas comunicacional e política. As plataformas digitais, simultaneamente espaços de extração de valor e mediadoras da subjetividade e do discurso neoliberal, evidenciam como a comunicação não apenas viabiliza a circulação do capital, mas também estrutura seus significados e legitima seus mecanismos de exploração.

Grohmann (2020), em *A Comunicação na Circulação do Capital em Contexto de Plataformização*, discute o papel da comunicação na circulação do capital dentro do capitalismo de plataforma. O autor argumenta que as plataformas digitais não são apenas meios de comunicação, mas também infraestruturas essenciais para a produção e circulação de mercadorias e dados. Essas plataformas operam dentro de uma lógica neoliberal, na qual a comunicação não apenas organiza, mas acelera os fluxos do capital.

A comunicação, nesse contexto, atua como um mecanismo de legitimação das plataformas, transformando narrativas neoliberais em verdades aparentemente incontestáveis.

A relação com o fenômeno da infodemia se dá pela lógica acelerada da circulação de informações. No contexto do capitalismo de plataforma e do neoliberalismo digital, a comunicação em rede dissemina rapidamente conteúdos, sejam eles de consumo, ideológicos ou políticos, muitas vezes sem filtros de veracidade. Assim como a infodemia, a circulação do capital pelas plataformas digitais promove a superexposição de discursos e valores capitalistas, tornando-os dominantes e dificultando a contestação.

Grohmann (2020) explora como a comunicação é um eixo fundamental da circulação do capital em um contexto de plataformização, e sua relação com a infodemia se dá na forma como a comunicação acelera e expande fluxos de informação dentro de uma lógica mercantil, amplificando tanto discursos dominantes quanto desinformação.

Nesta seara, o estudo de Fisher (2020) oferece uma lente crítica para analisar o papel da comunicação na circulação do capital em um contexto de plataformização. Ao argumentar que o realismo capitalista opera como uma lógica dominante que naturaliza o capitalismo como única realidade possível, dificultando a imaginação de alternativas, ressoa fortemente com a análise de Grohmann (2020) sobre a comunicação como um elemento estrutural da circulação do capital, uma vez que os meios de comunicação digitais não apenas aceleram os fluxos econômicos, mas também cristalizam discursos que reforçam a hegemonia neoliberal.

Fisher (2020) argumenta que o capitalismo contemporâneo não precisa mais ser imposto por meio da coerção explícita; em vez disso, ele se infiltra na cultura e na comunicação, tornando-se a estrutura invisível que molda o pensamento e o comportamento social. Esse processo se dá pela circulação incessante de informações e discursos que reforçam a inevitabilidade do capitalismo, fenômeno semelhante ao que Grohmann (2020) descreve como gramática do capital¹¹. No contexto da plataformização, essa gramática se manifesta na difusão de narrativas que exaltam o empreendedorismo, a flexibilização do trabalho e a autoexploração como virtudes, mascarando os impactos estruturais da precarização digital.

Como já colocado neste trabalho, Fisher (2020) também discute como o realismo capitalista impede a concepção de alternativas viáveis, pois o próprio ritmo acelerado da sociedade digital dificulta a reflexão crítica e a construção de novas formas de organização social. A circulação do capital em plataformas digitais, conforme analisada por Grohmann (2020), segue essa mesma lógica: a velocidade dos fluxos informacionais e a hiperconectividade fragmentam o tempo e dificultam a organização de resistências estruturais. Assim, a comunicação não apenas facilita a circulação do capital, mas também reforça a lógica de que não há outra forma de estruturar a economia e o trabalho.

Outro ponto central em Fisher (2020) é a forma como o capitalismo coloniza a subjetividade, moldando não apenas as estruturas econômicas, mas também a forma como os sujeitos percebem o mundo e a si mesmos. A plataformização exemplifica esse processo, pois as plataformas digitais operam como meios de produção de subjetividades alinhadas ao neoliberalismo, promovendo um imaginário de eficiência, meritocracia e hipercompetitividade. Como destacado por Grohmann (2020), a comunicação, com excesso de informações, nas plataformas não é apenas uma ferramenta técnica, mas um elemento essencial para a disseminação de narrativas que legitimam a exploração.

Embora Fisher enfatize a predominância do realismo capitalista, também aponta para fissuras no sistema, onde resistências podem emergir. No contexto da circulação do capital, essas fissuras podem ser encontradas nas próprias lutas por circulação mencionadas por Grohmann (2020). Se por um lado a comunicação digital tem sido instrumentalizada para

¹¹ Para Grohmann, a gramática do capital refere-se à sedimentação discursiva e simbólica de valores neoliberais que naturalizam e legitimam a lógica do capitalismo de plataforma. Essa gramática opera por meio de narrativas repetitivas e fórmulas convocatórias que estruturam modos de ser, trabalhar e interagir no capitalismo contemporâneo. Ao impor um vocabulário hegemônico – como empreendedorismo, inovação e flexibilidade –, a gramática do capital configura subjetividades e regula a circulação de sentidos, consolidando a racionalidade neoliberal como única possibilidade sociopolítica e econômica.

consolidar a lógica do capital, por outro, também pode ser um campo de disputa, onde novas formas de circulação de sentidos podem desafiar a hegemonia neoliberal.

Conforme nossas análises, o que está em jogo é mais do que o controle dos fluxos de capital ou de informação. Trata-se da luta pelo próprio sentido do comum, pela reapropriação dos processos simbólicos e comunicacionais que estruturam nossa percepção da realidade. Por isso, entendemos que resistir à infodemia e à plataformização não é uma tarefa meramente técnica ou regulatória, mas um desafio teórico, político e existencial que convoca a Teoria Social Crítica a agir como instrumento de desnaturalização e reabertura do possível.

A superação do realismo capitalista (Fisher, 2020) exige não apenas a crítica ao modelo atual, mas a invenção de novas linguagens e formas de organização social que possam enfrentar a infodemia como um fenômeno estrutural do capitalismo de plataforma. A construção de infraestruturas digitais, alternativas e o fortalecimento de redes de comunicação integradas tornam-se, assim, caminhos fundamentais para resistir à lógica da circulação infinita do capital e da desinformação planejada.

5. A circulação de mercadorias, dados e informação no neoliberalismo digital: infodemia como estratégia de controle e acumulação

Morozov (2018) argumenta que a concentração do poder informacional nas mãos das *Big Techs* gera uma nova forma de privatização da esfera pública. A disseminação de *fake news*, aliada ao modelo publicitário baseado em microsegmentação, permite a manipulação do debate público, dificultando a construção de um espaço democrático de contestação.

O excesso de informações, longe de representar apenas uma ampliação do acesso ao conhecimento, se torna uma ferramenta de distração e controle, impedindo a mobilização de resistências estruturais. Nesse sentido, a infodemia não é somente um efeito colateral do capitalismo de plataforma, mas um de seus pilares fundamentais.

A dinâmica neoliberal contemporânea se caracteriza pela intensificação da circulação de mercadorias, dados e informação. Essa aceleração, mediada por grandes corporações tecnológicas, redefine os processos de acumulação de capital e transforma as relações de trabalho e comunicação. No contexto da infodemia, observa-se uma nova forma de controle social e político, na qual a sobrecarga informacional não apenas confunde a opinião pública, mas também reforça estruturas de poder e domínio corporativo. O fenômeno informacional,

impulsionada pelo modelo neoliberal, serve como mecanismo de exploração e controle dentro da economia política global.

O neoliberalismo digital promoveu uma reconfiguração na circulação de mercadorias, transferindo grande parte das interações econômicas para plataformas digitais controladas por corporações privadas. A digitalização de bens e serviços alterou profundamente os processos de produção e consumo, favorecendo modelos de negócio baseados na extração de dados e na precarização do trabalho.

Os dados emergindo como um dos principais ativos da economia digital, tornam-se uma nova mercadoria essencial para a acumulação capitalista. Gigantes da tecnologia desenvolveram modelos de negócio baseados na coleta, análise e comercialização de informações pessoais dos usuários. Esse processo reforça uma economia de vigilância, na qual a exploração do comportamento humano é monetizada para fins comerciais e políticos. Ao priorizarem o engajamento e a viralização, realizam um ambiente propício para a propagação da desinformação. Segundo Morozov (2018), as *Big Techs* não são apenas observadoras dessa frequência, mas agentes ativos que lucram com ele.

A privatização do espaço digital também enfraquece a soberania dos Estados, que dependem de soluções tecnológicas privadas para gerir serviços públicos. Ao mesmo tempo, o controle da infraestrutura digital por um pequeno grupo de corporações limita a participação democrática e aprofunda assimetrias de poder.

O modelo de negócio das redes sociais, baseado no engajamento a qualquer custo, favorece a disseminação de *fake news* e discursos polarizadores. Os algoritmos dessas plataformas priorizam conteúdos sensacionalistas e conspiratórios, uma vez que promovem maior tempo de uso e interação por parte dos usuários. Essa dinâmica resulta em um ambiente informacional caótico, onde o fluxo de informação não corresponde necessariamente a uma melhoria da esfera pública, mas sim a um aprofundamento da fragmentação social e da manipulação política.

Nesse sentido, a infodemia, em acordo com Eysenbach (2020), serve como um instrumento de controle na medida em que dificulta a formação de um debate público qualificado e favorece a perpetuação do *status quo* neoliberal. A desregulação do ecossistema midiático e a captura dos meios de comunicação por interesses privados limitam ainda mais a possibilidade de uma esfera pública verdadeiramente democrática.

Para abordar esse problema, o autor propõe um modelo baseado em quatro pilares fundamentais. O primeiro pilar consiste na tradução precisa do conhecimento, que visa garantir

que as informações científicas sejam comunicadas corretamente entre pesquisadores, formuladores de políticas e o público, de modo que se recupere distorções causadas por interesses políticos ou erros de interpretação. O segundo pilar refere-se ao refinamento do conhecimento, enfatizando a importância da verificação de fatos, revisão por pares e melhoria contínua dos processos de filtragem da informação, garantindo a distribuição de conteúdos de qualidade. O terceiro pilar está relacionado ao desenvolvimento da alfabetização digital, conceito que envolve a capacidade das pessoas de buscar, compreender e avaliar criticamente informações encontradas na internet. O quarto pilar diz respeito ao monitoramento contínuo da infodemia, utilizando métodos de vigilância digital, análise de padrões de troca de informações na internet e detecção precoce de surtos de desinformação, com o objetivo de desenvolver respostas rápidas e eficazes para mitigar seus impactos.

Eysenbach (2020) critica, ainda, a forma como a infodemia tem sido gerida, argumentando que a marginalização da ciência em favor de interesses políticos e comerciais pode comprometer a divulgação de informações confiáveis, argumentando, ainda, que a implementação de estratégias de gerenciamento da infodemia pode mitigar futuras crises de desinformação, garantindo que informações baseadas em evidências alcancem o público de maneira acessível e confiável.

A concentração do poder digital nas mãos de poucas corporações representa um desafio para a democracia e para a autonomia informacional dos sujeitos. Para contrabalançar esse cenário, é fundamental pensar em alternativas regulatórias e institucionais que impeçam a exploração indiscriminada de dados e a manipulação informacional.

A circulação de mercadorias, dados e informação, importante sustentáculo do neoliberal digital, reflete não apenas a dinâmica de acumulação capitalista, mas também novas formas de controle social e político. A infodemia, longe de ser um problema isolado, é uma expressão dessa dinâmica, reforçando as lógicas de domínio corporativo e desmobilização política.

Essa realidade se alinha à teoria do realismo capitalista de Mark Fisher (2020), que argumenta que o capitalismo se tornou o horizonte insuperável da contemporaneidade, moldando todas as esferas da vida, inclusive a informação e a comunicação. A infodemia e a mercantilização dos dados são manifestações desse realismo capitalista, no qual a sobrecarga informacional impede a formação de um pensamento crítico e coletivo capaz de conceber alternativas viáveis ao *status quo*. Fisher sugere que o capitalismo se reproduz não apenas através de suas estruturas econômicas, mas também pela maneira como restringe o imaginário

social, tornando qualquer outra possibilidade de organização econômica e política quase impensável.

Enfrentar esse cenário exige um debate amplo sobre regulação, soberania digital e alternativas democráticas para o futuro da tecnologia. A circulação de mercadorias, dados e informação na era neoliberal digital reflete não apenas a dinâmica de acumulação capitalista, mas também novas formas de controle social e político. A infodemia, longe de ser um problema isolado, é uma expressão dessa dinâmica, reforçando as lógicas de domínio corporativo e desmobilização política.

À guisa de conclusão

Diante das análises desenvolvidas ao longo deste trabalho, concluímos que estamos diante de um processo profundamente estrutural e não conjuntural, em que a infodemia atua como uma engrenagem estratégica do capitalismo digital. Assentimos com Ricardo Antunes (2018) quando define o atual estágio do capital como uma fase em que a servidão se apresenta como privilégio: não por imposição direta, mas por internalização voluntária de lógicas exploratórias mediadas por plataformas e algoritmos. Essa realidade revela uma nova forma de dominação, sutil e sofisticada, que reorganiza a vida social sob os interesses do capital.

Sustentamos, portanto, que o capitalismo permanece no controle o tempo todo e desde sempre. O que se transformou não foram os fundamentos da lógica de acumulação, mas sim suas estratégias operacionais. A digitalização é, nesse contexto, uma nova mediação histórica da forma-valor, do mais-valor e da exploração. A ferramenta digital — por meio das *Big Techs*, da plataformização e da vigilância algorítmica — atualiza as técnicas de dominação e mercantilização da vida, reorganizando a circulação de mercadorias, dados e sentidos.

A partir da teoria marxista, observamos que a digitalização do capital não elimina as relações de exploração, pelo contrário, as reconfigura de modo mais opaco. Os dados se tornam nova mercadoria-fetice, ocultando as relações sociais que os produzem. A lógica do mais-valor se expande da fábrica para o cotidiano *online*, capturando tempo, atenção e subjetividade. Como nos lembra Marx (2013), a circulação de mercadorias jamais é neutra: é uma forma de dominação. No capitalismo de dados, essa circulação assume feições imateriais, mas mantém sua essência, ou seja: o valor é extraído de corpos e mentes conectados em tempo integral.

Essa constatação exige não apenas denúncia, mas produção de alternativas epistemológicas e políticas. A crítica teórica deve se articular à luta por soberania informacional

e regulação democrática das plataformas, como horizonte de resistência à lógica da superexploração digital.

É nesse sentido que o conceito de realismo capitalista, conforme desenvolvido por Mark Fisher, adquire papel central na reflexão crítica aqui apresentada. Para Fisher, o capitalismo contemporâneo não precisa mais ser imposto por coerção direta visto que ele opera ao se infiltrar na cultura, na linguagem e na imaginação social, naturalizando-se como único mundo possível. Essa leitura é ampliada pela contribuição de Antunes (2018), ao demonstrar como a lógica da dominação se inscreve na própria subjetividade do trabalhador digitalizado, que internaliza a exploração como escolha, assumindo como “privilégio” aquilo que historicamente deveria ser enfrentado como servidão. Ambos autores apontam para a mesma estrutura de poder: a submissão voluntária como forma dominante de controle, operando tanto no plano simbólico quanto na organização concreta da vida produtiva.

No entanto, reconhecemos que este estudo possui limitações. A ausência de dados empíricos mais densos e investigações de campo impossibilita uma leitura mais situada dos impactos concretos da infodemia sobre grupos sociais específicos, como trabalhadores de aplicativos, professores da educação básica ou comunidades periféricas. Nesse sentido, propõe-se como agenda futura de pesquisa:

- (i) a escuta qualificada de sujeitos diretamente afetados pela desinformação algorítmica;
- (ii) o estudo comparado de legislações regulatórias sobre *Big Techs* em diferentes países;
- (iii) e a análise crítica das formas emergentes de organização do trabalho e da comunicação digital popular.

Essa tarefa passa, necessariamente, pela reapropriação crítica dos processos comunicacionais. A linguagem é um campo decisivo na luta de classes contemporânea, e a comunicação digital tornou-se a principal arena onde se travam os combates pelo sentido. Em nossa percepção, resistir ao realismo capitalista envolve construir redes contra-hegemônicas de significação, que devolvam aos sujeitos a capacidade de nomear o mundo a partir de suas experiências e não dos imperativos do capital. Nesse ponto, a Teoria Social Crítica se mostra novamente indispensável, ao compreender que toda dominação duradoura precisa passar pela linguagem — e toda possibilidade de ruptura começa pela palavra.

Por fim, reafirmamos a premissa que orienta esta reflexão: o capitalismo não está em crise — está em mutação. Sua adaptabilidade é histórica e sua capacidade de incorporar

tecnologias como forma de ampliação do controle é notável. Por isso, hipotética superação do realismo capitalista exige mais que reconhecimento crítico — requer a construção de infraestruturas de resistência, redes de saber insurgente e novas formas de circulação de sentidos que escapem ao filtro das máquinas do capital e reativem a possibilidade do comum, do dissenso e da invenção coletiva de novas formas de vida, fundamentadas na autonomia, na justiça e na imaginação política radical — fundamentos últimos de um projeto de emancipação que segue sendo a razão de ser da Teoria Social Crítica.

Contribuição de autoria

Luis Fabricio Cirillo de Carvalho: Conceituação; Metodologia; Investigação; Análise formal; Redação – rascunho original.

Bruna Andrade Irineu: Revisão bibliográfica; Curadoria de dados; Redação – revisão e edição; Validação.

Conflito de interesses

Os autores declaram que não possuem qualquer conflito de interesses financeiro, comercial, acadêmico ou pessoal que possa ter influenciado de maneira indevida a condução da pesquisa, a interpretação dos dados ou a redação deste manuscrito.

Esta declaração está de acordo com as diretrizes do *Committee on Publication Ethics* (COPE) e com as boas práticas de integridade científica.

Declaração de disponibilidade de dados

Este estudo não gerou dados primários. Todo o material analisado encontra-se disponível nas referências citadas.

Referências

- ANTUNES, R. (org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- COSTA, R. da. Sociedade de controle. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 1, p. 84-94, mar. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000100019>. Acesso em: 25 fev. 2025.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, G. **Postscriptum sobre as sociedades de controle**. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.
- EYSENBACH, G. Como combater uma infodemia: os quatro pilares da gestão da infodemia. **Journal of Medical Internet Research**, Toronto, v. 6, e21820, p. 1-6, jun. 2020. DOI: 10.2196/21820. Disponível em: <http://www.jmir.org/2020/6/e21820/>. Acesso em: 9 nov. 2024.
- FISHER, M.; GILBERT, J. Capitalist Realism and Neoliberal Hegemony: A Dialogue. **New Formations**, Londres, v. 80/81, p. 89–101, nov.2013. DOI 10.3898/newf.80/81.05.2013. Disponível em: <https://consensus.app/papers/realism-neoliberal-hegemony-dialogue-fisher/d6f33e2f859f528da51e7cbe61931445/>. Acesso em: 8 nov. 2024.
- FISHER, M. **Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** Tradução: Rodrigo Gonsalves, Jorge Adeodado e Maikel da Silbeira. São Paulo, Autonomia Literária, 2020, p. 207.
- GALLOWAY, S. **Os quatro: Apple, Amazon, Facebook e Google – O segredo dos gigantes da tecnologia**. São Paulo: Alta Books, 2019.
- GROHMANN, R. A Comunicação na Circulação do Capital em Contexto de Plataformização. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 1, p. e5145–e5145, maio 2020. DOI 10.18617/liinc.v16i1.5145. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5145>. Acesso em: 1 fev. 2025.
- HAN, B-C. **Psicopolítica: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: MG: ÂYINÉ, 2018.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2020.
- HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- HISSA, D.; ARAÚJO, N.. Infodemia na sociedade do desempenho: entre o mural panfletário e o panóptico digital. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 21, p. 1011–1035, 3 dez. 2021. DOI 10.1590/1984-6398202117906. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/SQMYfd9rBGSTBqzxY989wXN/?lang=pt>. Acesso em: 8 nov. 2024.

INFODEMIA. 18 jan. 2021. **Academia Brasileira de Letras**. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/infodemia>. Acesso em: 9 nov. 2024.

KOSTECZKA, L. A. P. **Neoliberalismo digital**: Big Tech e o futuro da internet. Guarapuava: Editora Unicentro, 2024.

MARQUES, V.; GONSALVES, R. Mark Fisher nos ajudou a pensar para além do realismo capitalista. **Jacobin Brasil**, São Paulo, jan. 2023. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2023/01/mark-fisher-nos-ajudou-a-pensar-para-alem-do-realismo-capitalista/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução: Reginaldo Guesdes e Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo, 2013.

MAZZUCATO, M. **O estado empreendedor**: desmistificando o mito do setor público vs. o setor privado. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MENDE, M.; UBAL, V. O.; COZAC, M.; VALEN, B.; BERRY, C. Combater a infodemia: rótulos como antídotos para a falsidade e a desinformação?! **Jornal de Políticas Públicas e Marketing**, [S. l.], v. 1, pág. 31-52, 2024. DOI: 10.1177/07439156231184816. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/07439156231184816>. Acesso em: 9 nov. 2024.

MOROZOV, E. **Big Tech**: A Ascensão dos Dados e a Morte da Política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. Tradução: Maria Luiza Petrelli Cintra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SRNICEK, N. **Capitalismo de plataforma**. Tradução: Paula Abramo. São Paulo: Boitempo, 2017.

RECH, M. J. **Fisher e o estranho encanto da ideologia neoliberal**. 9 fev. 2021. Outras Palavras. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/fisher-e-o-estranho-encanto-da-ideologia-neoliberal/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. Tradução: Leonel Azevedo. São Paulo: Abril, 1982.

VAROUFAKIS, Y. **O capitalismo e a nuvem**: inteligência artificial, trabalho e o futuro da humanidade. Tradução: André Gordirro. São Paulo: Planeta, 2021.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro sem vigilância. Tradução: George Abrahão. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.